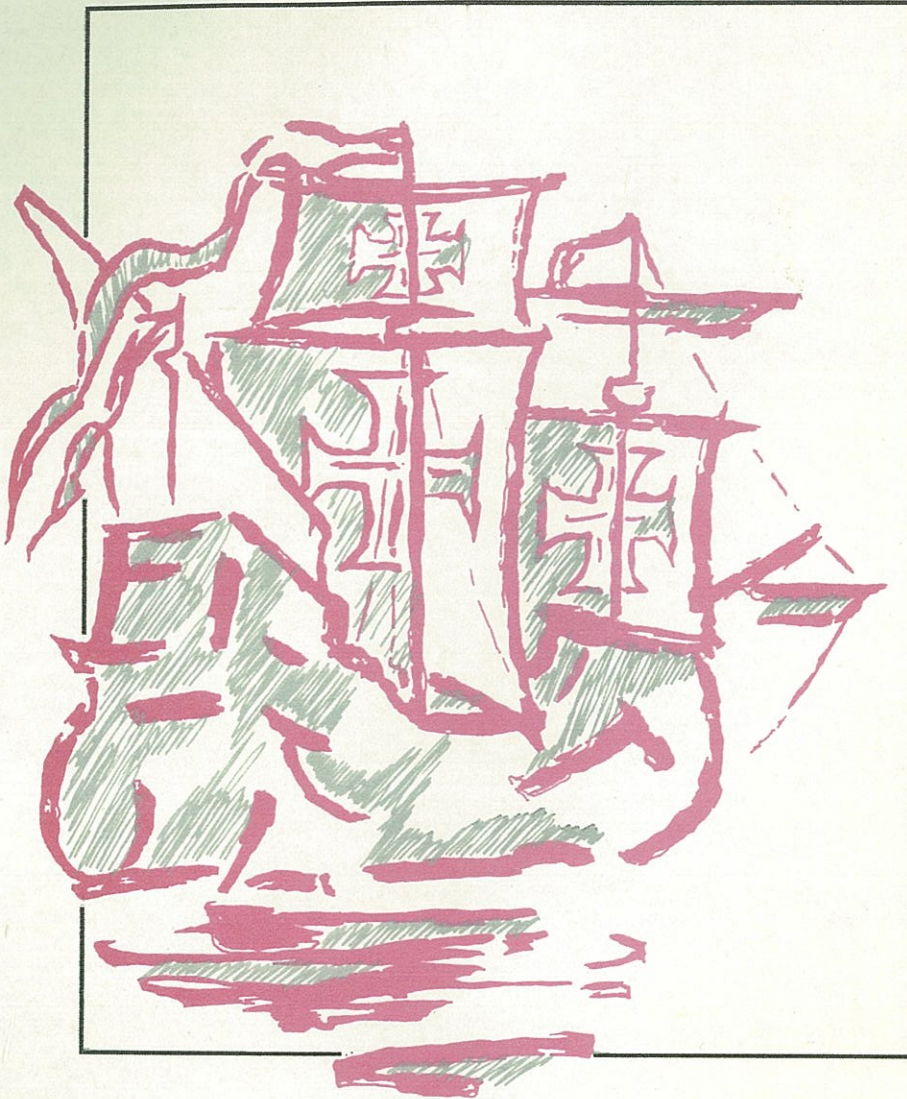


REVISTA CAMONIANA



"OS VENTOS BRANDAMENTE RESPIRAVAM,
DAS NAUS AS VELAS CONCAVAS INCHANDO;
DA BRANCA ESCUMA OS MARES SE MOSTRAVAM
COBERTOS, ONDE AS PROAS VÃO CORTANDO..." (1,19)

EM TORNO DA RECEPÇÃO DA POESIA
CAMONIANA NO SÉCULO XVI:
AS OITAVAS DE UM ESTUDANTE, FIDALGO E
POBRE À SUA MISÉRIA

Hélio J. S. Alves*

Se para tradições da epopéia renascentista menos prestigiadas do que a portuguesa há elementos não despreciados para uma apreciação do fenómeno da recepção literária,¹ quase tudo está ainda por estudar relativamente ao efeito que a poesia quinhentista publicada em Portugal teve entre os seus (eventuais) leitores. Enquanto, por um lado, se descobre, com emoção, que um exemplar de *Os Lusíadas* fez parte do conjunto de objetos que um nobre levou para Alcácer-Quibir,² por outro não podemos senão especular sobre a importância deste fato, a sua natureza e a sua representatividade. Conhecem-se muito poucos textos portugueses que revelem uma reação verdadeiramente próxima no tempo, qualquer que ela seja,

(*) Universidade de Évora.

- (1) Penso particularmente na épica espanhola e francesa do Renascimento. Para a Espanha, vide CHEVALIER, Maxime. *Lectura y Lectores en la España de los Siglos XVI y XVII*, Madrid: Turner, 1976, capítulo II "La épica culta"; para o caso francês, HAGIWARA, Michio Peter. *French Epic Poetry in the Sixteenth Century*, Mouton, Haia e Paris, 1972; Siegbert Himmelsbach, *L'Épopée ou la «case vide»*. *La réflexion poétologique sur l'épopée nationale en France*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988; BOSCO, Gabriella. *Tra Mito e Storia. "L'Epopée" in Francia nel XVII secolo*, Turim: Edizioni Dell'Orso, 1991.
- (2) Folha do Inventário de D. Martinho de Castelo Branco, manuscrito que se encontra hoje nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo em Lisboa.

a *Os Lusíadas* ou à Lírica, muito menos às outras publicações a que o século XVI assistiu.

O marco periodológico que inicia a história da crítica em Portugal encontra-se ainda algures entre 1613, quando vem à luz o primeiro comentário a *Os Lusíadas*, de Manoel Correia e Pedro de Mariz, e 1624, data em que o primeiro documento acadêmico de recensão camoniana, a *Vida de Camões com o juízo sobre as partes que há-de ter o Poema heróico*, de Manuel Severim de Faria, é publicado pelo impressor da Universidade de Évora.

Que se passava antes disso? Como receberam os leitores portugueses os primeiros poemas produzidos pelos conterrâneos? Até que ponto os criticaram? *Os Lusíadas* ficou como único texto épico do cânone ou houve outras epopéias que agradassem ao público? E que dizer da Lírica, recolhida pela primeira vez só quinze anos após a morte do poeta?

A importância destas questões reside menos no interesse que possam suscitar às devassas duma arqueologia literária do que na suspeita de uma **descontinuidade** entre a época em que Camões e seus companheiros de ofício produziram as suas obras e aquela a que Severim de Faria dava o impulso "oficial", louvando o texto camoniano pela obediência às regras de Aristóteles e ignorando os restantes poemas do século anterior. Isto mesmo nos faz crer Maria Lucília Pires quando conclui que "para além da permanência de algumas idéias literárias e de processos formais que vigoravam na época de Camões, o século XVII procedeu sobretudo a uma leitura da obra do Poeta condicionada pelos seus próprios ideais estéticos".³ Ideais que, apesar de alguns aspectos comuns, diferiam já substancialmente daqueles que vigoravam no tempo de Camões. Como

(3) PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *A Crítica Camoniana no Século XVII*, col. "Biblioteca Breve", Lisboa: ICALP, 1982, p. 71.

sugere Aníbal Pinto de Castro, os códigos maneiristas não encontraram em Portugal a devida expressão senão nos textos literários da época.⁴ É nestes que penso poder-se abrir o campo hermeneuticamente mais valioso para encontrar as idéias e impressões, os louvores e as censuras, que um contemporâneo das primeiras edições d'*Os Lusíadas* pudesse formular.

Tive já oportunidade de fazer umas sondagens de textos promissores a partir deste ponto de vista.⁵ Há documentos, todavia, que não permitem idêntico otimismo nos campos da crítica literária e da teoria poética, mas que, mesmo assim, não deixam de constituir instâncias valiosas para o conhecimento do fenômeno da recepção quinhentista d'*Os Lusíadas*. Diria que é esse o caso das *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa* de Pero de Magalhães Gândavo, obra de 1574 que inclui, não o primeiro elogio rigorosamente datável de Camões como poeta (já que esse título de primazia ainda pertence, tanto quanto eu saiba, a Frei Bartolomeu Ferreira), mas outro elemento que não tenho visto realçado pela crítica: o de apresentar o que é provavelmente a **primeira imitação** dos versos da epopéia camoniana.⁶

(4) Cf. CASTRO, Aníbal Pinto de. "Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 31, 1984, p. 531.

(5) Refiro-me a dois trabalhos ainda no prelo: "A crítica literária do Maneirismo português (Luís de Camões visto por Jerônimo Corte-Real)" in AAVV, *Crítica e Polêmica Literárias em Évora no Maneirismo e Barroco*, Ciclo de Conferências na Sede do Grupo Pro-Évora, outubro-novembro de 1995, edição do Grupo Pro-Évora; e "A casca de Tritão. Teoria poética na crítica quinhentista a *Os Lusíadas* – a leitura 'brasileira' de Bento Teixeira", comunicação apresentada na *VI Reunião Internacional de Camonistas*, Universidade de Coimbra, abril de 1996.

(6) Refiro-me à expressão "...que com pouca corrupção leixa de ser Latina..." tirada quase de certeza (inconscientemente?) de *Os Lusíadas*, I, 33, verso 8; citei da 2. ed. do livrinho de Gândavo, Lisboa: Belchior Rodrigues, 1590, fls. s/n.

Algo de semelhante se passa com a chamada “vida de um estudante pobre”, texto enigmático, de autoria e datação incertas, já estudado algumas vezes, mas nunca na sua interessante vertente de documento de recepção literária.⁷ Com efeito, as primeiras duas estrofes desse texto têm, a meu ver, um insubstituível valor histórico, pela quantidade e circunscrição temporal das obras poéticas mencionadas direta e indiretamente:⁸

Os Portugueses peytos não domados
Cante Corte Real digno de estima;
os mares so por elles navegados
Cellebre o bom Camoens em grave Rima;
5 as magoas, e os amores delicados
Alcido Cante junto do seu Lima;
mostre o Pereyra a q.^m o não sabia
o sangue inda hoje fresco em Berberia:

(7) Cf. BRANCO, Camilo Castelo. *Cavar em Ruínas* (1. ed. de 1867); João Palma-Ferreira, *Temas de Literatura Portuguesa*. Lisboa: ed. Verbo 1983, p. 144-150; SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 16. ed. cor. e act., Porto: Porto Editora, p. 504-05; TOCCO, Valeria. *Diogo de Sousa “Jornada às Cortes do Parnaso”*, Bari: Adriatica Editrice, 1996, p. 10-11. Nenhum destes autores parece ter conhecido a cópia na qual me baseio (vide nota seguinte).

(8) Cito do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 11603, fl. 82r, datável dos primeiros anos do século XVIII, onde o poema está intitulado “Outavas de João da Sylva, estudante, fidalgo, e pobre á sua miseria”. O mesmo texto, numa forma menos correta, foi publicado pela primeira vez (anônimo) em *Ecoss (...) Postilhão de Apolo*, vol.1, Lisboa, 1761, p. 298 e ss. Outros apógrafos: BNL, col. pombalina n. 132 (referido em Vítor M. P. de Aguiar e Silva, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971, p. 128-9) e Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Lisboa, cód. Casa Fronteira M-VII-19.

E á q.^m desta Alma tem a melhor p.^{ca}
10 e á q.^m são todos mui inferiores
mostre pois q.^m quiser seu engenho, e arte,
e ganhe p.^a si dignos Louvores;
pinte á seu gosto o sanguinoso Marte,
ou faça alegres Rimas por amores;
15 q eu não canto Amor, nem gentileza.
mas chorarey miserias, e pobresa.

Comecemos pelas referências explícitas.

Os primeiros dois versos referem-se a uma obra de Jerônimo Corte-Real (? - 1588), poeta residente nos arredores de Évora, que deverá ser o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, poema épico publicado em 1574 e nunca reeditado senão em fins do século XVIII.⁹ Efectivamente, há um outro poema de Corte-Real que encaixaria na definição do “estudante fidalgo”, o *Epílogo sobre os Capitães da Lusitânia*, mas conhecemo-lo apenas através duma referência de Frei Bernardo de Brito, e ignoramos o seu paradeiro.¹⁰

A seguir, mencionam-se obviamente *Os Lusíadas* de Camões, com um elogio do poeta que aparenta ser maior do que aquele atribuído a Corte-Real (“bom...grave rima” vs. “digno de estima”).

Os versos quinto e sexto nomeiam o mais conhecido criptónimo de Diogo Bernardes (1530?-1595?), identificado também pelo rio Lima, o conhecido confessor das suas “mágoas e amores”. As três colecções líricas do poeta limiano publicaram-se entre 1594 e 1597.

(9) É pouco provável que o autor das oitavas se refira à *Felicíssima Victoria de Lepanto*, poema castelhano de Corte-Real publicado em 1578, embora haja nele extensas passagens de louvor a personalidades portuguesas.

(10) BRITO, Frei Bernardo de Brito. *Monarquia Lusitana*. Parte Primeira, Alexandre de Siqueira e António Alvarez, Alcobaça, 1597, livro II, capítulo 15, fl. 148v.

Como se verá, trata-se da única referência das oitavas a gêneros poéticos que não sejam épico-históricos.

O dístico com que remata a primeira estrofe alude explicitamente à *Elegiada* de Luís Pereira (?-?), poema épico sobre D. Sebastião e o desastre de Alcácer-Quibir, publicado em 1588.¹¹ Ao contrário do que fez com Corte-Real, Camões e, até certo ponto, com Bernardes, o “estudante pobre” desta vez não concede qualquer elogio ao poeta, notando-se até, naquele absurdo «a quem o não sabia» (quem é que em Portugal não saberia da catástrofe marroquina?!), um certo menosprezo por este poema.

No entanto, o autor denuncia, segundo creio, uma apertada proximidade à *Elegiada* como volume, como livro editado, já que o verso 8 parece quase copiado de um soneto eulogístico de Francisco de Andrada, poeta que junta o seu encómio a outros que prefaciam o texto de Pereira. A primeira quadra do dito soneto é a seguinte:¹²

*De lagrimas, de mortes, de cruexa,
De sangue inda oje fresco em Barbaria,
Brandos versos fazer, doce armonia,
Que dé gosto a pesar da mòr tristeza...*

Teria o fidalgo anônimo a *Elegiada* à cabeceira? Bem parece.

(11) PALMA-FERREIRA, João. *Do Pícaro na Literatura Portuguesa*, col. “Biblioteca Breve”, Lisboa: ICALP, 1981, p. 99, considerava que estes versos se referiam a Gabriel Pereira de Castro, autor do poema *Ulisseia* de 1636. Mais tarde, em *Temas...*, op. cit., p. 146, veio implicitamente a corrigir-se.

(12) PEREIRA, Luís. *Elegiada*, Lisboa: Manoel de Lyra, 1588, f.l.s/n.

Além disso, o plágio do verso andradino talvez não seja inocente. É que se descontarmos *Os Lusíadas*, os poemas de Corte-Real e o de Pereira, não se conhece mais nenhum poeta épico publicado em vernáculo português no século XVI senão o dito Francisco de Andrada.¹³ Realmente, o único poema heróico remanescente na lista de publicações quinhentistas de autores portugueses é o *Primeiro Cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, publicado em Coimbra em 1589, com licença inquisitorial exatamente contemporânea da do texto de Pereira.¹⁴ O “estudante fidalgo” queria, possivelmente, incluir Andrada no seu elenco, conseguindo assim o notável feito de recensear criticamente em uma só oitava as mais importantes publicações dos poetas portugueses que conhecia.

Mas ele não ficou por aqui. Depois de versos (9 e 10) cujo sentido não fui capaz de destrinçar, o autor faz algumas curiosas, se bem que superficiais, referências de índole teórico-poética. Alude no verso 11 ao “engenho e arte” horacianos e postula com clareza os gêneros literários que podem trazer “louvores” ao poeta (a epopéia, a lírica elegíaca e amorosa), cujos exemplos relevantes (em sua opinião) foram mencionados na primeira estrofe. Define então o gênero a que pretende filiar-se a partir do campo semântico: recusa o canto dos “amores” e o canto do “sanguinoso Marte”, propondo, em vez destes, um canto de “miséria e pobreza”.

O mais curioso nesta última asserção é que, embora em nível literal ela se contraponha aos gêneros lírico e heróico, em nível

(13) Não conto o *Discurso sobre a Vida e Morte de Santa Isabel Rainha de Portugal* de CASTELO-BRANCO, Vasco Mouzinho de. (Manoel de Lyra, Lisboa, 1596), embora este possa, discutivelmente é certo, ser incluído no gênero épico. Para o estudo da vida e obra deste poeta, formou-se em Setúbal, a partir da iniciativa de Maria Eduarda da Rosa, a chamada *Comissão Quebedo*, órgão que se encontra vinculado à Biblioteca Pública e tem o apoio da Câmara Municipal da cidade de Bocage.

(14) A *Elegiada* tem licença de 5 de novembro de 1587; o *Primeiro cerco de Diu*, de 1 de dezembro do mesmo ano.

intertextual estabelece-se fundamentalmente como anti-épica. A descoberta que me leva a esta conclusão é a de que o autor anônimo se serviu de versos da proposição do poema *La Araucana* de Alonso de Ercilla y Zúñiga para os parodiar. Com efeito, o poema de Ercilla, publicado pela primeira vez em 1569 com retumbante sucesso no mundo hispanófono, começa assim:

*No las damas, amor, no gentilezas
de caballeros canto enamorados
(...)
mas el valor, los hechos, las proezas
de aquellos españoles esforzados...*

Não há dúvida de que o “estudante pobre” faz uma imitação perversa do *incipit* de Ercilla, repetindo a “gentileza” e a negação do tema amoroso, e transformando as “proezas” dos heróis, por paronomásia anagramática, em “pobreza”.

Qual o sentido da paródia ao texto espanhol? É possível que ela manifeste nacionalismo político e linguístico. Mas creio ser mais significativo o fato da *Araucana* ter sido o único poema épico estrangeiro (em língua moderna) a ser publicado em Portugal durante o século XVI, mais precisamente em 1588, e aquele que, mesmo antes disso, circularia no país com facilidade.¹⁵

Todos estes elementos permitem concluir que a “vida de um estudante pobre” foi escrita originalmente pouco depois dos vinte

(15) A primeira e segunda partes do poema tiveram autorização de impressão da Mesa censória lisboeta em 1579 (isto é, antes da entrada de Filipe II no país). No entanto, a primeira parte só foi impressa em 1582 e parece nunca ter sido vendida antes da impressão da segunda parte, seis anos mais tarde. Curiosamente, nenhuma das partes, tal como foram editadas pela casa de António Ribeiro, possui alvará de impressão.

anos (1569-1589) em que se publicaram todos os poemas épicos nela referidos. Com efeito, não havendo alusões a poemas como o *Naufrágio e Perdição de Sepúlveda* de Jerônimo Corte-Real, publicado póstumo em 1594 (uma alusão quase inevitável para quem resolve mencionar o poeta de Évora explicitamente), ou a *Vida de Santa Isabel Rainha de Portugal* e a lírica de Vasco Mouzinho Castelo-Branco (de 1596), não faz qualquer sentido pensar em poemas como o *Condestabre* de Rodrigues Lobo, *Afonso Africano* do mesmo Vasco Mouzinho e *Jerusalém Conquistada* de Lope de Vega, todos publicados em Portugal em 1610-11, porque este anônimo autor evidentemente não os conhece.

Por outro lado, há-de ter-se em conta que as rimas amorosas e profanas de Diogo Bernardes só se começaram a publicar em 1596 e 1597.¹⁶ Não creio, todavia, que este seja um fator determinante para a datação das oitavas, uma vez que a poesia lírica circulava facilmente em manuscrito, o que não era geralmente o caso da épica. Por outro lado, não deixa de ser significativo que o texto não mencione a lírica de autores reputados como Sá de Miranda e António Ferreira, publicados apenas em 1595 e 1598 respectivamente. Desnecessário será lembrar que Rodrigues Lobo, o consagrado poeta lírico d'*A Primavera* (1601) e das *Éclogas* (1605), está já fora do âmbito temporal aqui definido.

Por tudo isto, creio haver razões sobejas para se afirmar que estas oitavas não pertencem, como tem sido dito na historiografia literária, ao ideário seiscentista barroco, mas antes constituem um documento relativo à poesia e à vivência portuguesas do século XVI.

(16) É admissível que a menção de “mágoas” aluda às *Várias Rimas ao Bom Jesus*, publicadas em 1594, uma vez que incluem uma quantidade substancial de poemas escritos no cativeiro marroquino; em apoio desta hipótese está a copulativa “e” que parece separar os dois substantivos do verso 5.

O seu impulso inicial parece partir de um forte sentido de desadequação entre uma abundância accidental de poesia épica publicada e a realidade social deprimente vivida por aqueles que alguma vez foram “estudantes, fidalgos e pobres”. Em 1588, a *Elegiada* e a primeira e segunda partes da *Araucana*; em 1589, o *Primeiro Cerco de Diu*; em 1590, novamente a *Araucana*, agora em três partes;¹⁷ em 1591, mais uma edição d’*Os Lusíadas*.¹⁸ O balanço da vida do autor, que é também um balanço do século literário naquilo que ele teve de mais representativo para um homem da sua classe social e formação, levou a esta curiosa e desenganada síntese em verso.

Que lugar se reserva aqui para Camões? Surpreende, apesar de tudo, como o apreço do “estudante” pelo poeta d’*Os Lusíadas* é muito relativo face aos restantes nomeados. Com efeito, a Camões é dedicado o mesmo espaço que se oferece à apreciação de Corte-Real, Bernardes e, de certo modo, Pereira (se descontarmos a alusão enviesada a Francisco de Andrada). Adicionalmente, verifica-se que Corte-Real tem a primazia na ordem da estrofe, apesar do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* ter sido publicado depois de *Os Lusíadas*.

Também curioso é como se ignora o contributo camoniano para a poesia lírica portuguesa, já que esta, na perspectiva do “fidalgo pobre”, parece ser dominada absolutamente por Bernardes. Tanto mais significativo será este fato quanto mais considerarmos que as oitavas foram escritas antes ou depois das edições da lírica de Bernardes e de Camões, como se sabe, quase simultâneas. Será que isto tem algo a ver com a célebre questão das confusões de autoria?

Seja como for, a conclusão geral a retirar é a de que não se vê nestas oitavas a exaltação da glória de Camões que se encontra nos

(17) Foi emitido um alvará para a distribuição do poema em Portugal com data de novembro de 1589; a primeira edição espanhola da terceira e última parte da *Araucana* é deste mesmo ano.

(18) A terceira edição (censurada), com anotações (Manoel de Lyra, Lisboa).

textos do barroco, nem o silêncio dos mesmos textos perante os outros poetas.¹⁹ Talvez se possa dizer, a partir dos elementos que o autor disponibiliza, que *Os Lusíadas* são apreciados acima dos restantes poemas do gênero. Mas esta superioridade (se é que existe na mente do “estudante”) é muito moderada e não implica a subestimação de outros textos épicos, já que é evidente o apreço por Corte-Real e a influência de Ercilla. O elenco e hierarquia estabelecidos para a epopéia, juntamente com a apresentação de Bernardes como modelo da lírica portuguesa, indiciam um paradigma crítico bem diferente do seiscentista e, presumivelmente, mais próprio do âmbito ideológico presente enquanto a geração de Camões era ainda viva.²⁰

(19) Com referência específica a um dos críticos seiscentistas, João Franco Barreto, afirma Aníbal Pinto de Castro: “não deixa de ser sintomático o silêncio quase total em que deixa mergulhados os nossos poetas, como se quisesse concentrar em Camões todos os valores da produção poética nacional” (in Franco Barreto, *Micrologia Camoniana*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1982, p. 27). Esta observação é válida para a generalidade dos escritos do período barroco, pois escreve Maria Lucília Pires, na seu livro fundamental já citado, que “a voz desses que ousaram censurar Camões foi silenciada nesta época: textos inéditos, manuscritos perdidos e até nomes de críticos conscientemente ocultados” (p. 26-27).

(20) O conceito de “geração de Camões” não tem tido a fortuna que merece, talvez pelas incertezas quanto à biografia dos poetas. O primeiro trabalho a apoiar-se neste conceito terá sido o ensaio de Jorge de Sena, sobre “Camões e os Maneiristas”, publicado originalmente no *Estado de S. Paulo* entre 11 e 18 de Novembro de 1961 e mais recentemente em SENA, Jorge de. *Trinta Anos de Camões*, vol. I, Lisboa: Edições 70, 1980, p. 49-61.